

O PAPEL DO PEDAGOGO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO COLÉGIO ESTADUAL IPÊ ROXO/FOZ DO IGUAÇU

EL ROL DEL PEDAGOGO Y LAS RELACIONES ÉTNICO RACIALES EN EL CONTEXTO EDUCACIONAL DEL COLEGIO ESTADUAL IPÊ ROXO/FOZ DO IGUAÇU

Roseli de Fátima Dal Moro¹
Michele de Oliveira Jimenez²

RESUMO

Partindo do pressuposto de que as políticas educacionais brasileiras por muito tempo desconsideraram a multiplicidade dos sujeitos que a compõe, promovendo um currículo dicotomizado que exclui a percepção do indivíduo como agente transformador das relações sociais, torna-se necessário refletir sobre o papel do pedagogo na luta para a implementação efetiva das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, de forma que os(as) professores(as) sejam capazes de inserir a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais como estruturante do currículo escolar, bem como promover sua prática. Para este trabalho, será analisado o papel do pedagogo na equipe multidisciplinar do Colégio Estadual Ipê Roxo, tendo em vista a participação no Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais promovido pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu, em conjunto com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Dentro deste contexto é que o trabalho pedagógico foi desenvolvido, com o propósito de subsidiar teórica e metodologicamente os professores, cumprindo o papel pedagógico de articulação. As atividades propostas contribuíram com o fortalecimento do diálogo, da reflexão e das tomadas de ações coletivas, fatores primordiais para a superação do preconceito e fortalecimento do trabalho da equipe multidisciplinar para os anos seguintes. **Palavras-chave:** Relações étnico-raciais. Equipes multidisciplinares. Pedagogo(a).

¹ Licenciatura Plena em Pedagogia/Unioeste; Pedagoga no Colégio Estadual Ipê Roxo/Foz do Iguaçu-PR.

² Mestre em Letras/Unioeste e Licenciatura Plena em Letras/Unipar e Pedagogia/Unioeste; Departamento de Inclusão Social, Sustentabilidade e Tecnologias, Pró-Reitoria de Extensão/UNILA.



RESUMEN

Partiendo del supuesto de que las políticas educacionales brasileiras, por mucho tiempo desconsideraron la multiplicidad de los seres que la componen, promoviendo un currículo polarizado que excluye la percepción del individuo como agente transformador de las relaciones sociales, se hace necesario reflexionar sobre el rol del pedagogo en la lucha para la implementación efectiva de las Leyes nº 10.639/03 y nº 11.645/08, de forma que los profesores(as) sean capaces de insertar la temática de la Educación de las Relaciones Étnico Raciales como parte de la estructura del currículo escolar, bien como promover su práctica. Para dicho trabajo será analizado el rol del pedagogo en el equipo multidisciplinar del Colegio Estadual Ipê Roxo, teniendo en cuenta la participación en el Curso de Perfeccionamiento en Educación para las Relaciones Étnico raciales promovido por el Núcleo Regional de Educación (NRE) de Foz do Iguaçu, en conjunto con la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), por medio de la Pro Rectoría de Extensión (PROEX). Dentro de este contexto se ha desarrollado el trabajo pedagógico con el propósito de subvencionar teórica y metodológicamente a los profesores y así desempeñar el rol pedagógico de articulación. Las actividades propuestas contribuyeron para fomentar el diálogo, la reflexión y para la puesta en marcha de actitudes colectivas, factores primordiales para la superación de prejuicios y el fortalecimiento del trabajo del equipo multidisciplinar para los próximos años.

Palavras clave: Relaciones étnico raciales. Equipos multidisciplinarios. Pedagogo(a).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte da avaliação do Curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais, desenvolvido pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), em parceria com o Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu, destinado aos coordenadores das equipes multidisciplinares das escolas.

As equipes multidisciplinares, por sua vez, fazem parte de uma ação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) desenvolvida pelo Departamento da Diversidade (DEDI). É uma política educacional que visa garantir a reflexão e a valorização dada às culturas africana, afro-brasileira e indígena, proporcionando sua ressignificação. As ações pedagógicas são norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, efetivadas pelas disciplinas da base nacional comum (PARANÁ, 2008).

Dessa forma, procura-se demonstrar a importância do pedagogo e qual o seu papel para a efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e fomento às discussões sobre as relações étnico-raciais. Dentro deste contexto, o pedagogo se apresenta como o grande articulador do trabalho pedagógico, promovendo diálogo e reflexão, sugerindo e desenvolvendo ações que contribuam para a prática pedagógica dos professores, subsidiando-os teórico e metodologicamente para o desenvolvimento de atividades e buscando a articulação entre os três períodos (matutino, vespertino e noturno) de funcionamento do colégio, uma vez que a função primordial da equipe pedagógica é trabalhar em prol da superação da fragmentação, fomentar e promover o diálogo, articulando o desenvolvimento de ações coletivas.



Além disso, cabe ao pedagogo a iniciativa de superação da fragmentação ainda enraizada nos cursos de formação docente, uma vez que dificulta o entendimento de totalidade, impossibilitando o desenvolvimento da práxis humana nas relações de ensino-aprendizagem, negando aos sujeitos envolvidos nesse processo se reconhecerem como seres históricos. Considerando que os educadores também são resultado de uma educação dualista e excludente, é perceptível que apenas leis, sem a implementação de ações que promovam a superação do meramente burocrático, não atingirão o objetivo de construir um sujeito crítico, socialmente atuante, que se identifique como parte da construção do processo histórico.

Nesse sentido, propõem-se analisar como se desenvolveram as discussões sobre as relações étnico-raciais dentro do Colégio Estadual Ipê Roxo, por meio da atuação do pedagogo, tendo como base a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial, e a Lei nº 11.645/08, que no seu artigo 26-A estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados.

2 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO COLÉGIO ESTADUAL IPÊ ROXO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, aprovadas em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação, sintetizam o que se pode entender por educação das relações étnico-raciais:

§ 1º A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL/CNE, 2008).

Partindo-se desse pressuposto e de forma a garantir a efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as práticas pedagógicas devem promover o diálogo entre o individual e o social, a reflexão e a ação em prol da superação de um currículo tradicionalmente eurocêntrico, dicotomizado, fragmentado que desconsidera a dialética do conhecimento e o processo histórico de sua construção.

Portanto, faz-se necessário considerar as experiências culturais dos educandos, ampliando, a partir delas, os conhecimentos formais e científicos, estabelecendo, assim, uma conexão entre os conteúdos trabalhados e suas reais condições de vida, promovendo a transposição do mito da democracia racial, mito este que contribui para uma falsa percepção da realidade. Como defendido no artigo “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”, de Joaze Bernardino (2002), o mito da democracia racial nos leva a crer que nosso país superou os conflitos raciais,



pressupõe que há igualdade de direitos e desconsidera que vivemos em uma sociedade de classes onde se privilegia a dominante.

Nesse sentido, é importante destacar que incluir a temática das relações étnico-raciais no currículo escolar não se trata apenas de uma mera formalização legal, tampouco de imposição, pois essa política afirmativa é concebida como uma tentativa de corrigir a lacuna curricular que apenas considerou índios e negros em temas folclóricos, minimizando o seu papel na construção da nação brasileira. As Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 tornam obrigatório que a história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas seja trabalhada como tema transversal nas diferentes disciplinas, não apenas em Artes, Língua Portuguesa ou História. Para que sejam trabalhadas desta maneira, as relações raciais necessitam ser abordadas de uma nova forma pela escola, ou seja, é preciso recriar e reconstruir algumas ideias de como o trabalho com tal tema deve ser organizado, principalmente nas situações em que já houve casos de preconceito.

A valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena pelos educadores deve proporcionar ao aluno uma identificação com o conteúdo, levando-o a perceber-se como agente (re)produtor e também transformador da realidade. Desse modo, é necessário que o professor expresse, em suas práticas pedagógicas, o Brasil das diferentes culturas, levando o aluno a se reconhecer como ser social, historicamente construído.³ Todavia, uma das dificuldades encontradas no trabalho com as relações étnico-raciais é, justamente, o autodeclarar-se negro. Segundo dados do IBGE de 2010, apenas 7,6% dos brasileiros se autodeclararam negros. Porém, ao juntar-se ao número daqueles que se autodeclaravam pardos, 43,1%, é a primeira vez, na história do Brasil, que o número de autodeclarados negros e pardos é maior que o de autodeclarados brancos. No entanto, esse fato, apesar de importante por determinar a identificação e valorização do “não ser branco”, não impede a dificuldade de crianças e adolescentes compreenderem o que é ser negro ou pardo, e como é importante se autodeclarar e se valorizar no ambiente escolar, o qual ainda guarda diversos preconceitos.

No entanto, para que as leis citadas se efetivem, faz-se necessário o entendimento de toda a comunidade escolar e, para isso, o diálogo constante é primordial. Sendo assim, é por meio do diálogo, da reflexão e da coletividade que o Colégio Estadual Ipê Roxo, que atende a população do bairro Cidade Nova e adjacências em Foz do Iguaçu, procura pautar seu trabalho, uma vez que a população atendida por esta instituição de ensino é, na sua maioria, resultado da exclusão social. O bairro nasceu de um projeto de desfavelamento da cidade.

O estabelecimento de ensino foi criado com o objetivo de atender a população do bairro Cidade Nova e adjacências do Município de Foz do Iguaçu. Visando atender a filhos de famílias de baixa renda instaladas nesses bairros, que foram criados por meio de um projeto de desfavelamento da cidade, inicialmente com a criação e instalação das famílias na Vila Rural Cataratas. O objetivo dessa vila foi reconduzir ao campo famílias de trabalhadores rurais volantes “boias-frias” que viviam nas favelas da Marinha,

³ Sobre formação do povo brasileiro, ver RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.



Monjolo, OAB e Monsenhor Guilherme, em condições de extrema miséria, na sua grande maioria, sobrevivendo da catação de papel, latinhas, etc., ou trabalhando de vendedores ambulantes, domésticas e “laranjas”. Posteriormente, o programa foi transferido para o Bairro Boa Vista, por ser este um local que apresenta melhores condições técnicas de execução desse projeto. Todavia, a estrutura residencial permaneceu e passou a ser denominada de Cidade Nova (COLÉGIO ESTADUAL IPÊ ROXO, 2014, p. 8-9).

O Colégio Estadual Ipê Roxo é fruto da necessidade de educação dos filhos desses primeiros moradores, os quais tinham de ser deslocados de ônibus até o campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) para que frequentassem as séries iniciais do Ensino Fundamental. Já aqueles que estudavam nas séries finais do Ensino Fundamental iriam para os colégios estaduais da Vila C, sendo o Paulo Freire o mais próximo. Segundo o *site* da biblioteca do bairro Cidade Nova, “em 2000, iniciou-se a construção do Colégio Estadual Ipê Roxo, na Rua Claudio Gonzales Gavillan, devido à reivindicação dos moradores. O colégio entrou em funcionamento em 2002. No entanto, até 2006 funcionava como extensão de um Colégio Central”⁴. Assim, o Colégio Estadual Ipê Roxo – Ensino Fundamental e Médio iniciou suas atividades com as quatro séries finais do Ensino Fundamental e as três séries do Ensino Médio.

Dentro desse contexto atua a equipe multidisciplinar, a qual atende ao disposto na Instrução nº 010/2010-SUED/SEED, Deliberação 04/2006, que prevê as competências das equipes multidisciplinares dos colégios estaduais e suas organizações de trabalho. Durante o ano de 2014, a equipe foi composta pelos professores das diferentes áreas do conhecimento, além de pedagogas e demais servidores.

A equipe multidisciplinar já vinha atuando desde anos anteriores, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) e na Proposta Pedagógica Curricular (PPC) da escola. No início do ano de 2014, no planejamento com os professores, os conteúdos História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena foram contemplados no Plano de Trabalho Docente (PTD), tendo em vista o entendimento que tais conteúdos fazem parte do currículo, pois são conteúdos transversais e não um recorte desses, como determinam as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Em razão disso, procurou-se promover ações de enfrentamento ao preconceito e discriminação que, infelizmente, fazem-se presentes no trabalho com as questões étnico-raciais.

3 O PAPEL DO PEDAGOGO

Na organização do cotidiano escolar, o trabalho deve ser desenvolvido de maneira coletiva, em que um conjunto de profissionais interage para a formação plena do aluno, bem como para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, esse coletivo deve encontrar-se sempre em sintonia, pois todas as funções são importantes na busca por um ensino eficiente e de qualidade, capaz de alcançar os objetivos propostos pela instituição escolar em relação ao desenvolvimento integral do aluno.

⁴ Dados retirados do *site* da biblioteca comunitária do bairro Cidade Nova
<<http://www.cnifoz.com/2012/10/historia-do-surgimento-do-bairro-cidade.html>>.



Tendo em vista discutir qual é o papel do pedagogo no ambiente escolar e, conseqüentemente, no trabalho com as questões étnico-raciais, faz-se importante discutir o que se entende por papel social. Parsons (1982) determina que os papéis sociais são volúveis dentro de um sistema maior, ou seja, são diferenciados, ao mesmo tempo em que se mesclam e se integram, de acordo com as condições culturais em que são expostos. Todavia, nem sempre o papel social é claro a todos os envolvidos. “Isto não quer dizer que uma pessoa qualquer tenha sempre presente no espírito o ‘plano’ do sistema social. Mas, como em outros tipos de sistemas de ação, não é possível que as escolhas dos atores sejam feitas ao acaso” (PARSONS, 1971, p. 65-66).

Diante disso, as ações dos pedagogos são importantes para que a escola possa fazer um trabalho de qualidade, tendo em vista a heterogeneidade que compõe esse espaço, tanto no que diz respeito aos alunos, como aos diferentes pontos de vista, como em relação aos docentes e as concepções pedagógicas divergentes, frutos da formação e história de vida de cada indivíduo.

De acordo com o Art. 2, §1º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNs), instituídas pela Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006, uma das funções do pedagogo é promover a

[...] ação educativa construída em relações sociais, étnico-raciais, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2004, p. 1).

As próprias DCNs determinam que um dos papéis mais importantes a ser desempenhado pelo pedagogo é o de articulador das relações no ambiente escolar, seja mediando as relações de aprendizagem, seja articulando os conteúdos a serem trabalhados.

A função do pedagogo se faz necessária também por proporcionar a interligação entre os profissionais da escola à comunidade. Ele é o elo para o trabalho em conjunto, para que a escola desempenhe seu verdadeiro papel, que é proporcionar uma educação que desperte a comunidade para o processo de emancipação da sociedade, partindo da sua própria emancipação. Sendo assim, é impossível que a escola ofereça essa educação sem que ela própria seja primeiramente liberta.

É certo afirmar também que o pedagogo deve acompanhar, avaliar questões didáticas e pedagógicas em conjunto com demais profissionais da área educacional, participar e estimular os professores a participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, demonstrando que esse documento deve ser fruto de uma construção coletiva.

Enfim, ele deve ser mediador de toda a prática pedagógica. Dessa maneira, como mediador das relações no espaço escolar, o pedagogo deve estar atento aos problemas e buscar formas de prevenção e, nas propostas de trabalho, preparar os professores para entenderem seus alunos e respeitá-los em suas individualidades e no seu ritmo, para que a escola seja um ambiente onde o aluno, seja qual for sua idade, possa sentir-se bem, aceito e sujeito ativo na construção dos conhecimentos.



Todavia, sabe-se que a função de um pedagogo dentro do espaço escolar atualmente é muito ampla, tendo em vista que é ele, como já dito neste estudo, quem dá suporte para professores e demais profissionais que atuam na escola. Sendo assim, muitas vezes esse profissional é confundido com solucionador de conflitos e substituto de professor, como se não tivesse um planejamento a cumprir. Tais tarefas são voltadas à solução de problemas imediatos e não a problemas de cunho estritamente pedagógico a serem resolvidos num tempo maior.

Tendo em vista que a solução de problemas cotidianos da escola toma grande parte de seu tempo, o trabalho de acompanhamento pedagógico acaba ficando relegado a um segundo plano. Assim,

[...] a situação precária da instituição escolar hoje coloca um conjunto de problemas cotidianos desde turnos numerosos, quadro de professores que não comporta substituição (quando falta um ou mais professores, não há como substituí-los), manutenção do prédio em condições deficitárias, falta de material didático, problemas administrativos de toda ordem, até questões de violência. Tal quadro exige dos especialistas, quando estes existem na escola, que se incubam da solução dos problemas imediatos (PIMENTA, 1995, p. 177).

É preciso que os papéis na escola sejam definidos, apesar de, como descreveu Parsons (1982), eles se mesclarem e se integrem no sistema em que estão inseridos. No entanto, as atribuições e atividades são inerentes aos cargos, o que demonstra a importância que tem cada função (professores, servidores e pedagogos). Entre estes está o pedagogo, que tem papel fundamental no sentido de articular o processo de ensino e aprendizagem, a fim de contribuir para a garantia de um ensino de qualidade e a superação dos obstáculos que possam surgir. Tudo deve ser feito em prol do sucesso da aprendizagem do aluno, pois com isso todos têm a ganhar, ou seja, alunos, escola e profissionais da educação. Por essa razão, o trabalho do pedagogo é peça fundamental.

3.1 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO COLÉGIO ESTADUAL IPÊ ROXO

Durante o ano de 2014, ao se trabalhar as questões étnico-raciais no cotidiano escolar, ficou clara a importância da atuação do pedagogo, uma vez que para o desenvolvimento das atividades se fez necessária a articulação entre os três períodos de funcionamento do colégio.

As atividades desenvolvidas neste período foram organizadas com foco especificamente nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, o que proporcionou organizar os trabalhos de forma mais clara e objetiva. Isso trouxe resultados muito positivos, pois foi possível perceber nos alunos um senso crítico mais aguçado, principalmente nas turmas do Ensino Médio. Uma das turmas do 1º ano do Ensino Médio, após trabalhar a contextualização histórica e visitar a aldeia Tekoha Ocoy, no município de São Miguel do Iguçu (PR), elaborou atividades que foram apresentadas à comunidade escolar em setembro, na Semana Integração Escola e Comunidade, momento previsto em calendário escolar.



Outra forma encontrada para o trabalho com as relações étnico-raciais foi desenvolvida durante todo o processo de formação docente, em que os professores puderam observar que há muito material disponível, o que facilitou as pesquisas e a elaboração de atividades. A visita da coordenadora pedagógica do colégio ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), em Curitiba, — em conjunto com outros membros de diferentes equipes multidisciplinares, que também participaram do Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais — foi outro momento positivo. A visita possibilitou novas leituras e discussões com o grupo, provocando reflexões e contribuindo para a adoção de novas abordagens e para a produção de materiais de apoio interessantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2014).

Uma atividade significativa, desenvolvida com as turmas do 6º ano, extraída do *Caderno de atividades — saberes e fazeres — Modos de Interagir*, do projeto A Cor da Cultura⁵, intitulada *O que é ser branco e o que é ser negro?*, evidenciou que muitos estudantes têm uma visão estereotipada da cultura afro-brasileira. Neste sentido, trabalhar com o 6º ano é um desafio para o futuro, cuja a proposta deverá ser superar os estereótipos, explorar o contexto histórico e desenvolver a criticidade dos estudantes com a perspectiva de, indiretamente, atingir os pais, que têm muita resistência em participar das atividades desenvolvidas no colégio. As reflexões referentes às africanidades paranaenses trouxeram uma conclusão importante e inquietante: a de que se conhece pouquíssimo sobre a região do bairro Cidade Nova. Questão que ficou definida pelo grupo de professores do colégio como sugestão de trabalho para o ano seguinte.

Uma das dificuldades encontradas pela coordenação da equipe multidisciplinar foi o fato de muitos professores trabalharem em mais de três escolas. Há uma rotatividade grande de docentes e isso dificulta a identificação com a escola e, conseqüentemente, o desenvolvimento das atividades e o convívio com os alunos e a comunidade em geral. Por esta razão, é preciso continuar trabalhando na perspectiva de superação da visão fragmentada de conteúdos. As Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 não são recortes de conteúdo, nem temas transversais, mas constituem o próprio currículo. Nesse sentido, ainda é desafio o trabalho dessas leis, uma vez que muitos educadores e alunos acham “perda de tempo”, “mera burocracia” dedicar-se ao estudo das culturas afro-brasileira e indígena. Portanto, promover, articular e realizar ações que proporcionam a real efetivação das leis é o grande desafio da equipe pedagógica, pois, afinal, leis sem a ação coletiva tornam-se palavras mortas (BRASIL, 2003; 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é constituído por uma das mais ricas multiplicidades de culturas do mundo. Porém, sua história é marcada pela desigualdade social, discriminação e preconceito, especialmente em relação a negros e índios, fato este que impede seu desenvolvimento social, político e econômico.

⁵ Para mais informações sobre o projeto A Cor da Cultura, acesse: <<http://www.acordacultura.org.br/>>.



Diante de todo o exposto neste artigo, evidencia-se que as questões étnico-raciais devem e necessitam ser tratadas com muita responsabilidade por toda a comunidade escolar, pois não se trata apenas de cumprimento de leis e, sim, de resgate histórico, de entender as bases reais da construção social deste país. É necessário cultivar a memória histórica de uma nação, já que para saber onde se quer chegar é preciso entender de onde viemos. As relações existentes no âmbito escolar fazem parte de um processo histórico e promover a valorização do ser humano, combatendo o preconceito e a discriminação, significa contribuir para a construção e transformação desse processo.

Ao longo do ano de 2014, a equipe multidisciplinar procurou articular seu trabalho com a realidade da comunidade escolar, visando à valorização dos saberes previamente adquiridos pelos alunos, considerando o seu cotidiano, na perspectiva de ir além, promovendo a reflexão, o diálogo e a ação coletiva. Por meio das leituras, reflexões e das trocas de experiências, percebeu-se maior envolvimento dos professores no que se refere ao desenvolvimento de atividades relacionadas às culturas afro-brasileira, africana e indígena. Atividades essas realizadas por meio de apresentações de peças teatrais, danças, leitura de poemas e palestras. É possível perceber uma conscientização maior por parte de professores e alunos quanto à importância do conhecimento e valorização das culturas mencionadas, no intuito de combater qualquer forma de preconceito.

Dentro deste contexto é que o trabalho pedagógico foi desenvolvido. Portanto, a atuação do pedagogo se constitui elemento fundamental para a implantação dessas ações, subsidiando teórica e metodologicamente os professores e promovendo superação da fragmentação, enraizada nos cursos de formação docente, que negam a totalidade, impossibilitando o desenvolvimento da práxis humana nas relações de ensino-aprendizagem, negando aos sujeitos envolvidos nesse processo reconhecerem-se como seres históricos.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, a. 24, n. 2, p. 247-73, 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 1*, de 17 de junho de 2004.
- _____. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 de janeiro de 2003.
- _____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de março de 2008.
- _____. Ministério da Educação. Caderno de atividades – saberes e fazeres – Modos de Interagir. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/Caderno3_ModosDeInteragir>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- CIDADE NOVA INFORMA. *História do surgimento do Bairro Cidade Nova: do município de Foz do Iguaçu do Estado do Paraná Brasil*. 10 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cnifoz.com/2012/10/historia-do-surgimento-do-bairro-cidade.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- COLÉGIO ESTADUAL IPÊ ROXO. *Projeto político pedagógico*. Foz do Iguaçu, 2014.
- PARANÁ. SEED. *Cadernos temáticos: história e cultura afro-brasileira e africana*. Curitiba, 2008.
- PARSONS. Talcott. *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- _____. Papel e sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Editora Nacional, 1971. cap. 1, p. 63-68.
- PIMENTA, Selma Garrido. *O pedagogo na escola pública*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1995.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Disponível em: <<http://www.neab.utfpr.br>>. Acesso em: 20 dez. 2014.